

**EDUARDO TEIXEIRA DE CARVALHO JUNIOR E
RAFAEL MANDAGARAN GALLO (ORG.)**

**SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO
BUSCANDO NOVOS TEMAS E NOVAS
ABORDAGENS PARA A COMPREENSÃO
DO MUNDO CONTEMPORÂNEO**



Multifoco

EDUARDO TEIXEIRA DE CARVALHO JUNIOR E
RAFAEL MANDAGARAN GALLO (ORG)

SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO
BUSCANDO NOVOS TEMAS E NOVAS
ABORDAGENS PARA A COMPREENSÃO
DO MUNDO CONTEMPORÂNEO



Multifoco

GRUPO MULTIFOCO

Rio de Janeiro, 2020

Copyright © 2020 Eduardo Teixeira de Carvalho Junior e Rafael Mandagaran Gallo (org.).

DIREÇÃO EDITORIAL Grupo Multifoco
EDIÇÃO Grupo Multifoco
REVISÃO Autores(as)
PROJETO GRÁFICO E CAPA Caroline da Silva
IMPRESSÃO Gráfica Multifoco

DIREITOS RESERVADOS A

GRUPO MULTIFOCO

Av. Mem de Sá, 126 - Centro
20230-152 / Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2222-3034
contato@editoramultifoco.com.br
www.editoramultifoco.com.br

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores e autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C331s Carvalho Junior, Eduardo Teixeira de.
Sociedade em transição: buscando novos temas e novas abordagens para a
compreensão do mundo contemporâneo / Organização de Eduardo Teixeira
de Carvalho Junior. - Rio de Janeiro : Multifoco, 2019.
370 p.; 21 cm.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-8273-866-5

1. Ciências sociais 2. Globalização

I. Título

CDD: 330.91

SOBRE A TESSITURA DO MUNDO: DESLOCAMENTOS TOPOLÓGICOS NA EXPERIÊNCIA VIVIDA DA POLÍTICA MUNDIAL NA CONTEMPORANEIDADE

GUSTAVO GLODES BLUM

Lo que cambió ayer
Tendrá que cambiar mañana
Así como cambio yo
En esta tierra lejana¹

No início de seu livro *The directions of war*, o historiador escocês Hew Strachan (2013) relembra os atentados ocorridos em 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos da América. Este evento, fundamental para compreender a direção que a política internacional tomou no mundo no século XXI, constitui, segundo Strachan, situações específicas que são “chocantes por si próprias, e também pessoalmente desestabilizadoras”. Situações como essas, que têm impacto profundo não apenas no exercício das práticas políticas no Sistema Internacional, mas,

1. Trecho da música “Todo cambia”, de Mercedes Sosa. Diz-se que a musicalização feita pelo chileno Julio Numhauser, gravada posteriormente pela *Pacha Mama*, é uma adaptação de poemas da região de Salta, na Argentina. Infelizmente – ou felizmente para nós, pesquisadores e apreciadores – não há fontes confiáveis sobre essa história, como a respeito de quase tudo no mundo.

também, em nossas vidas, são raras, e das quais “nos lembramos onde estávamos, o que estávamos fazendo e como ficamos sabendo da notícia”. Trata-se de “conjunções entre o massivo e o microscópico: [são] um destes momentos de definição na história mundial que entendemos não apenas em termos internacionais, mas também em termos pessoais” (STRACHAN, 2013, p. 1).

Para muitos de minha geração, o 11 de Setembro de 2001 foi, de fato, um destes momentos definidores da nossa experiência de mundo. Nos lembramos de onde estávamos, e podemos (talvez com algum esforço) nos lembrar do que estava ocorrendo naquele momento, ou quando finalmente recebemos a notícia a respeito dos atentados. Refletindo neste momento, em que nos aproximamos de vinte anos dos atentados a serem completados dentro de poucos anos, em 2021, parece ser interessante pensar a respeito destes momentos. Não apenas na atualidade a forma de recebermos as informações mudou daquele já quase distante início do século XXI, mas, acredito, a nossa relação com “o mundo” também.

Esta relação parece ter mudado em grande medida nos últimos trinta anos. Da queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, até o atual momento em que o mundo se vê diante de uma série de encruzilhadas, é possível sentir diferenças essenciais na relação que estabelecemos com o mundo. Refletir brevemente a respeito desta mudança é o objetivo deste ensaio, ao comprar o desafio desta obra coletiva – recolher diversas visões a respeito do estado da mudança do mundo na atualidade.

Assim, buscarei indicar alguns questionamentos – uma vez que considero esta obra um início de reflexão, uma abertura de questionamentos sobre nossa relação com o mundo – para pensar *o lugar do mundo no mundo* hoje. Tentando lançar algumas luzes a respeito deste questionamento, buscarei delinear algumas potenciais reflexões a respeito do papel que cumpre esta figura – *o mundo* – na atualidade.

Num momento de combate a “globalismos”, de questionamentos sobre o mando de “autoridades estrangeiras” e uma retórica muito enfática na “retomada do poder popular” por parte de líderes tendencialmente extremistas, busco atender ao desafio de Ulrich Beck em seu livro *A metamorfose do mundo*. Indicarei, nas próximas páginas, algumas percepções a respeito de como esta relação entre o mundo, as coletividades e as pessoas é construída na atualidade, e de que maneira não está só se transformando, mas se metamorfoseando para algo diferente. A ênfase na diferença aqui, porém, será dada para uma potencialidade positiva, e não negativa, de novas construções políticas que se baseiem na diferença e não numa igualdade fictícia.

Para tal, num primeiro momento, discutirei a relação entre o lugar das coisas no mundo, as *cosmovisões*. Posteriormente, quero debater a construção do processo de apropriação individual e coletiva de processos que tradicionalmente seriam considerados enquanto *escalas* afastadas do cotidiano das pessoas e dos grupos. Argumento que alguns casos – como os independentismos escocês e catalão, por um lado, e as retóricas nacionalistas por outro – constituem exemplos interessantes de deslocamentos *topológicos* na forma de relacionamento que estabelecemos com esta entidade ontológica que é “o mundo” na atualidade.

Parece urgente pensar e re-pensar o mundo, assim como, nele, re-existir para darmos conta dos novos desafios da nossa era.

O LUGAR DO MUNDO NA VIDA DAS PESSOAS

Pensar o lugar do mundo no mundo não é uma tarefa recente, nem inovadora. As sociedades humanas buscam estabelecer lógicas de apropriação e de compreensão do ambiente que está no seu entorno, e da realidade que as circunda. A vida cotidiana

com a realidade, e a relação que as comunidades estabelecem com as regiões em que habitam fazem parte da construção de saberes-fazer, conhecimentos que descrevem e narram a realidade material e simbólica do entorno e ajudam a agir diante desta mesma realidade (CLAVAL, 2014). Não à toa, neste processo de construção da sua relação com o meio, a humanidade estabelece suas próprias geo-grafias, suas formas de marcar a realidade, como indicado por Carlos Walter Porto-Gonçalves: “[g]eo-grafias é um recurso de linguagem para assinalar os processos e sujeitos que grafam, marcam a terra, deslocando a geografia de substantivo para verbo, ação: arte/fazer de grafar a terra” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 52).

Esta grafia da terra pode ocorrer de formas bem materiais, como na construção de materialidades derivadas das relações políticas e jurídicas entre os países. Os muros e as fronteiras, por exemplo, são exemplos máximos desta tentativa de deixar materializado na terra a divisão que anteriormente se constituiu de forma jurídico-política entre duas entidades soberanas. Também outras formas de divisão podem ser enumeradas aqui enquanto mecanismos de materialização destas diferenças. Neste ensaio, porém, nossa preocupação é outra: pensar a grafia da terra não tanto em sua materialidade, mas em sua imaterialidade, na sua forma imagética e discursiva que acaba afetando a nossa forma de ver e sentir o mundo. É por isso que a categoria de lugar, dentre as diversas categorias de análise geográficas, parece dar alguns indícios da forma de refletir a respeito desta relação.

Marcelo J. Lopes de Souza (2013) aponta para as principais características da acepção mais utilizada para a categoria de lugar, que é o que permitirá alcançar a reflexão que aqui proponho. Refletindo a respeito das mudanças epistemológicas deste conceito ao longo do tempo no conhecimento científico geográfico,

Souza aponta que desde a década de 1970 há um sentido na categoria de lugar que vem se consolidando. Este conceito, que se apropria de uma leitura mais fenomenológica da realidade, considera “o lugar como um espaço percebido e vivido, dotado de significado, e com base no qual desenvolvem-se e extraem-se os ‘sentidos de lugar’ e as ‘imagens de lugar’” (SOUZA, 2013, p. 114).

Assim como o território, o lugar é um recorte do espaço, uma divisão feita pelos seres humanos a partir de ações específicas. Porém, se o território é constituído e construído a partir de relações de poder, Souza afirma que a ênfase da categoria de lugar é compreender “a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas” (p. 115). A vivência e a experiência dos lugares – e, por que não, do mundo – é fundamental para compreendermos a forma como geralmente, observando a política a partir de uma perspectiva racional e materialista, podemos ser acusados de “esquecer que o espaço é cotidianamente apropriado pelos grupos que nele habitam e lhe conferem dimensões simbólicas e estéticas” (GOMES, 2011, p. 317).

Numa era de políticas de identidades, de performances políticas que debaterei posteriormente neste ensaio, é importante percebermos a maneira como o lugar é um ponto essencial na vida humana e, portanto, na política como um todo. A questão é que os lugares conformam grande parte da nossa forma de viver e, em conjunto com os territórios, são os usos do espaço que mais fazem parte de nossas subjetividades e de nossas identidades. É necessário, portanto, observar a realidade desta política, ou a execução de nossas práticas ao redor do mundo, a partir de “uma série de aspectos que dão sentido e espessura a ele, tais como o sentimento de pertencimento, as imagens dos lugares a

dinâmica identitária, a experiência estética etc.” (GOMES, 2011, p. 317). Compreender essa carga de subjetividade nos lugares é buscar se aproximar da realidade que eles representam.

Assim, me parece importante percebermos que talvez uma das principais mudanças – e que é sempre referenciada quando se fala, por exemplo, de globalização – é aquela ocorrida no nosso cotidiano, na nossa vivência. Infelizmente, talvez por ser mais fácil que a pesquisa que lida com questões discursivas e imagéticas, essa mudança é sempre exemplificada por meio da representação de mudanças técnicas que ocorreram nesses últimos anos. Sem dúvida alguma, os avanços técnicos representam mudanças relevantes na forma como vivemos. Porém, tão importantes quanto o surgimento do *smartphone*, ou a chegada da internet em diversos lugares do mundo que antes não tinham acesso àquilo que ela representa, é a forma como isso altera a forma como vemos o mundo.

Falo, aqui, de um conceito pouco trabalhado, embora muito debatido. Trata-se da construção de cosmovisões, de “paisagens políticas do mundo”, que são tão importantes para compreender a atuação das pessoas. Afinal de contas, a produção de uma visão a respeito da política mundial – da *geopolítica* em um termo mais amplo e menos acadêmico da palavra – passa pela compreensão que as pessoas têm da sua relação com esta entidade, com esse símbolo tão importante: o mundo.

Em diversas considerações, “mundo” aparece enquanto algo a mais que a materialidade. Mesmo em dicionários, podemos encontrar esta diferenciação. O *Google*,² esta outra entidade que hoje coabita a existência daqueles que têm acesso à internet

2. <[120](https://www.google.com/search?sxsrf=ACYBGNRhd1q-uKx4D4lCWYkCd8Usv1ZZkA%3A1569761461309&ei=taiQXcHJEu_E5OUPxN6e8As&q=mundo+defini%C3%A7%C3%A3o&oq=mundo+defini%C3%A7%C3%A3o&gs_l=psy-ab.3..0i70i249j0j0i22i30l8.4206.5499..5657...0.2..0.205.1334.0j9j1.....0....1..gws-wiz.....0i71j0i67j0i131j0i203j0i110i203.khMjtSD79Kk&ved=0ahUKEwiB-KGSifbkAhVvIrkGHUSvB74Q4dUDCA&uact=5>. Acesso em 29/09/2019, às 10h00.</p>
</div>
<div data-bbox=)

de uma forma ou de outra, estabelece uma diferença interessante que ajuda na argumentação que pretendo construir aqui. Em sua primeira definição para a palavra *mundo*, indica a “totalidade dos astros e planetas; firmamento, universo”. Uma visão bem materialista, típica da era que vivemos, que acredita apenas no explícito, como diria o filósofo Byung-Chul Han. A sexta definição me parece mais cabível para a nossa discussão, quando se define o mundo enquanto o “universo de todas as realidades existentes ou imaginadas”. A nona, por sua vez, que vem com a etiqueta “filosofia”, traz que o mundo seria a “totalidade integrada que parece coerente na qual habitam todos os objetos materiais, seres e realidades existentes; universo, cosmos”.

Há uma visão muito forte dentro da academia de Relações Internacionais, por exemplo, de que este tema, ao ser considerado uma política de alto nível e de responsabilidade das instâncias mais altas da administração pública, não interessa à população mais ampla. Porém, o mundo destas pessoas é tão informado pelas questões mundiais como aquela de nós, especialistas. Afinal, se perguntarmos as perguntas corretas (e talvez este seja o maior desafio para nós que estamos acostumados com nosso próprio jargão), é possível constatar que todos são capazes de construir uma opinião sobre as coisas que andam acontecendo, e a forma como essas coisas no mundo têm impacto na vida.

Duas experiências podem ajudar a pensar a respeito disso. A primeira me ocorreu quando posteí, em uma rede social, uma foto do mapa que tenho na sala da minha casa. Esse mapa, que foi colocado nesta mesma parede uns seis anos atrás, está virado de ponta-cabeça e teve os nomes dos países re-anotados por mim “na direção certa”, o que fiz munido de uma caneta de quadro branco. É interessantíssimo ver as reações das pessoas para um lugar-comum na comunidade de Relações Internacionais.

Porém, um professor meu de colégio, da disciplina de matemática, comentou abaixo da foto a seguinte frase: "Gostei da foto (...). Este mundo está mesmo assim...". Essa frase é de uma riqueza tremenda, que infelizmente não caberá esmiuçar aqui. Porém, representa que ainda que as pessoas estejam longe das ideias de "transição hegemônica", "polaridade de recursos" ou das grandes análises geoestratégicas, têm noção de que há transformações profundas ocorrendo na nossa realidade.

A outra experiência ocorreu após o primeiro discurso de Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. Tendo assistido aquele discurso pela manhã com meus alunos, pude ter um tempo para pensar. No período da tarde, passei pela portaria do meu prédio e fui abordado pelo porteiro do prédio, que me perguntou se tinha visto o discurso. Quando respondi afirmativamente, ele imediatamente falou: "Direitinho junto com os Estados Unidos!". Me peguei pensando, depois, o que aquilo significava, pois estava corretíssimo do ponto de vista técnico, ainda que ele não viesse de anos de estudo como alguns de nós a respeito da atuação do Grande Irmão aqui em terras latinas.

Ambas as situações levantam uma questão muito relevante: o quê acontece no mundo não apenas é percebido pelas pessoas de forma geral, mas tem efeito direto na forma como imaginam e sentem esse mundo. Esta constatação não é nova, e Doreen Massey (2000), entre outros, já havia constatado as mudanças que vêm ocorrendo nas últimas décadas. Ainda assim, parece estar longe da percepção de política, sobretudo daqueles das Relações Internacionais, a relevância e importância deste conteúdo profundo, do mundo como categoria presente na nossa existência, da vivência e da colocação do ser-estar no mundo. E isso nos remete, obrigatoriamente, à ideia de *cosmovisão*.

Esta, talvez, seja uma das preocupações que mais deveríamos ter. Em tempo, é necessário dizer que sobretudo os antropólogos, com sua discussão a respeito da cultura, têm se dedicado desde há muito a realizar cosmologias e cosmografias das mais variadas, e encontramos-nos em momentos em que as próprias comunidades originárias estão descrevendo e relatando suas cosmografias a partir de seus próprios princípios.³ Porém, e a partir do reconhecimento essencial de que a nossa cultura também tem suas próprias cosmografias, parece ser necessário compreender essa relação.

Hannah Arendt (2012) trabalhou muito com o conceito de cosmovisão (*Weltanschauung*, no original em alemão) quando trabalhou os movimentos totalitários em *Origens do totalitarismo*. A autora transita entre dois conceitos para trabalhar essa relação: a palavra cosmovisão (geralmente mantida no alemão) aparece poucas vezes, mas o seu sentido é apropriado, na obra, pela ideia de ideologia. Ambas se relacionam com a colocação das coisas no universo, na experiência vivida do mundo, e o papel dos indivíduos e das coletividades diante da realidade política, simbólica e material.

Para a autora, nossas cosmovisões, nossas formas de ser-estar no mundo (a tradução mais literal do termo em alemão), são informadas por uma série de diferentes ideologias. Estas seriam “sistemas baseados numa única opinião suficientemente forte para atrair e persuadir um grupo de pessoas e bastante ampla para orientá-las nas experiências e situações da vida moderna” (ARENDRT, 2012, p. 234). Trata-se de um conjunto de elementos que, difundidos a partir de diferentes centros, constituem “âncoras” à interpretação da vida no mundo, constituindo verdades que prepararão uma outra experiência que aquela livre de

3. Os recentes livros de David Kopenawa (“*A queda do céu*”) e Ailton Krenak (“*Ideias para adiar o fim do mundo*”) representam esforços nesse sentido a partir da visão das comunidades indígenas no Brasil.

informações prévias a respeito da realidade:

(...) a ideologia difere da simples opinião na medida em que se pretende detentora da chave da história, e em que julga poder apresentar a solução dos “enigmas do universo” e dominar o conhecimento íntimo das leis universais “ocultas”, que supostamente regem a natureza e o homem. (ARENDETT, 2012, p. 234)⁴

Talvez, em períodos de *fakenews* e de disputas em torno de fatos científicos que eram considerados consolidados na realidade atual – como o tamanho, a forma e a estrutura da Terra, nosso planeta – seja interessante perceber de que forma houve deslocamentos importantes na nossa relação com o universo. Percebe-se que a ideologia⁵ é uma fonte, portanto, de representações que constituem uma forma de existir, uma forma de estruturar a nossa realidade e que tem a ver não apenas com formulações escolásticas e acadêmicas sobre o mundo, mas são, sim, “criada[s], mantida[s] e aperfeiçoada[s] como arma política e não como doutrina teórica” (p. 235). A opinião pública as debate, é uma das suas principais recipientes e, inclusive, produtoras, “de tal modo que não apenas os intelectuais, mas até grandes massas, rejeitam apresentações de fatos, passados ou presentes, que não se ajustem a (...) elas” (p. 234).

Quero ter a oportunidade de trabalhar, agora, duas situações que representam mudanças no posicionamento de situações

4. A autora continua, indicando a força que algumas ideologias assumiram na história do século XX: “Poucas ideologias granjearam suficiente proeminência para sobreviver à dura concorrência da persuasão racional. Somente duas sobressaíram e praticamente derrotaram todas as outras: a ideologia que interpreta a história como uma luta econômica de classes, e a que interpreta a história como uma luta natural entre raças. Ambas atraíram as massas de tal forma que puderam arrolar o apoio do Estado e se estabelecer como doutrinas nacionais oficiais.” (ARENDETT, 2012, p. 234).

5. Importante notar que este termo é o utilizado pela tradução de *Mein Kampf* para o português, que no lugar de *Weltanschauung* coloca “ideologia”.

interessantes a respeito da nossa realidade. Em primeiro lugar, gostaria de compreender um pouco melhor a ideia de um independentismo que, diferentemente de épocas passadas, não se baseia numa leitura estrita do famoso “princípio da autodeterminação dos povos”. Utilizarei os casos da Escócia e da Catalunha para esta reflexão. Depois, passo a uma brevíssima análise das representações “patrióticas” dos governos Trump e Bolsonaro, nos EUA e no Brasil, para pensar de forma breve um deslocamento da ideia de “nação”, novamente menos como conclusões, e mais como provocações para pensarmos o mundo hoje.

DOIS MOVIMENTOS TOPOLÓGICOS: O INDEPENDENTISMO INTEGRACIONISTA E O PATRIOTISMO ESVAZIADO DE NAÇÃO

O INDEPENDENTISMO INTEGRACIONISTA

Os anos de 2014 e 2015 viram ganhar força dois movimentos independentistas que tiveram força significativa, uma força que não tinham há muito tempo e que levaram a consequências políticas, econômicas e culturais muito representativas. Trato aqui, como disse acima, dos casos dos movimentos independentistas da Escócia e da Catalunha.

Dependendo da narrativa que pretendemos utilizar, podemos remontar estes movimentos há muitas décadas atrás. No caso da Escócia, uma força maior foi dada ao movimento independentista com o movimento *folk* da década de 1960, que por meio de artistas como a dupla The Corries, a recuperação de símbolos, músicas, roupas e a revalorização de uma certa identidade escocesa fortaleceu um movimento que espalhou-se entre as massas a partir deste momento, substituindo as representações da Escócia como uma região exótica, e construiu uma

base sobre a qual pedidos de retomada do governo do país voltasse às mãos dos escoceses. Em 1997, estabeleceu-se o processo de *devolução*, em que a Escócia teria algum tipo de capacidade de decisão sobre temas específicos, criando-se um parlamento nacional e a função de Ministro Principal.

No caso da Catalunha, a autonomia também derivou de processos de acomodação de tensões étnicas num país em transição. Após a morte do ditador fascista Francisco Franco, que havia suprimido as manifestações regionais e o uso de outras línguas que não o espanhol madrilenho, o regime monárquico-parlamentar espanhol também iniciou um processo de autonomização de diversas regiões do país.⁶ A Catalunha, que é reconhecida pelo Estado espanhol enquanto uma comunidade autônoma que tem capacidade, também, de autogoverno, teve, a partir de 2006, um aumento na capacidade de legislar e governar questões internas à comunidade, num processo parecido com aquele ocorrido na Escócia.

Os processos de devolução regional dos governos, de autonomização destas comunidades, foram vistos, à época, como uma forma de diminuir as tensões entre os governos centrais, localizados em Londres e Madrid respectivamente, e a realidade destas regiões. Os governos centrais esperavam que esta autonomização permitisse a construção de uma relação mais harmoniosa, e uma alteração lenta e gradual de seus países em direção a um sistema com características federativas.⁷

6. É importante perceber que até em sua Constituição a Espanha reconhece que não há apenas uma nação espanhola. Na sua carta magna, assumida em 1978 após o fim do regime franquista, indica-se, no Art. 2º, que "A Constituição se fundamenta na indissolúvel unidade da Nação espanhola, pátria comum e indivisível de todos os espanhóis, e reconhece e garante o direito à autonomia das nacionalidades e regiões que a integram, e à solidariedade entre todas elas" (tradução livre minha).

7. Na década de 1990 e no início dos anos 2000, muito se falava, ainda, em paradiplomacia, diplomacia das regiões e sistemas federativos de diferentes níveis. A União Europeia chegou a promover diversas iniciativas. Em 1994, a principal delas tomou corpo no Parlamento Europeu, com a fundação do Comitê das Regiões.

Mais de uma década depois, o que ocorreu foi um pouco diferente. Em 2014, procedeu-se, na Escócia, a um plebiscito que previa a separação diante do Reino Unido. Ainda que os resultados tenham sido favoráveis à permanência da Escócia na União das Coroas, houve uma argumentação muito grande baseada na permanência da região na União Europeia (UE). O Ministro Principal da Escócia na época, Alex Salmond, chegou a denunciar que a “eurofobia” do parlamento em Westminster, e de um governo escolhido majoritariamente pelos ingleses e galeses, e não pelos escoceses, seria uma ameaça à situação da Escócia na Europa. Quase que como uma previsão daquilo que ocorreria dois anos depois, Salmond afirmou que

Cinco milhões e meio de pessoas deixarem de ser cidadãos da União Europeia contra a sua vontade ... é muito mais que um absurdo. Simplesmente não há uma base legal nos tratados da União Europeia para uma proposta como essas. E é contra os princípios fundantes da União Europeia. (THE GUARDIAN, 2014)⁸

Todos acompanhamos o que ocorreu no ano de 2016, dois anos depois desta declaração. Ingleses e galeses votaram majoritariamente a favor do *Brexit*, enquanto escoceses e irlandeses do norte votaram pela manutenção do Reino Unido da União Europeia. Era o início de uma crise constitucional que, até o momento em que escrevo este texto, só se fazia aprofundar durante a gestão de Boris Johnson, o Breve.

O processo da Catalunha não foi menos tumultuado – com certeza, foi bem mais violento.

O que houve no país não foi um tanto um referendo quanto um voto simbólico, não autorizado pelas instâncias do governo

8. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2014/apr/28/alex-salmond-independent-scotland-remain-european-union>>. Acesso em 29/09/2019, às 18h21.

central espanhol, marcando uma diferença muito importante do processo ocorrido na Escócia: a sua violência. Após a declaração de independência por parte do Parlamento regional catalão, em outubro daquele ano, as forças de segurança espanholas reagiram com muita violência, as cortes judiciais consideraram a declaração um crime e inclusive o próprio primeiro ministro catalão, Carles Puigdemont, fugiu para a Bélgica em meio a ameaças de sua prisão em razão do ato (EL PAÍS, 2017).⁹ Um processo judicial-criminal foi instaurado contra as autoridades catalãs, acusadas pela suprema corte espanhola de terem cometido um golpe de estado.

É interessante perceber, no caso do processo independentista catalão, que a figura da pertença à UE consta também como um caráter fundamental do processo. Na Declaração de Independência emitida pelo Parlamento Catalão, constam alguns artigos que permitem compreender de que forma aquele governo-em-construção via sua relação com a organização que lidera o processo de integração no continente europeu, dentre os quais podemos destacar:

- O anúncio “à comunidade internacional e às autoridades da União Europeia da constituição da República catalã e a proposta de negociações com o Estado espanhol”;
- O chamado “à comunidade internacional e às autoridades da União Europeia a intervir para conter a violação dos direitos civis e políticos em curso, e a dar seguimento ao processo negociador com o Estado espanhol”, sendo testemunhas deste processo; e,
- A manifestação de “vontade de construção de um projeto europeu, que reforce os direitos sociais e democráticos dos cidadãos, assim como o compromisso de continuar

9. Disponível em: <https://elpais.com/politica/2017/11/04/actualidad/1509828359_677796.html>. Acesso em 29/09/2019, às 18h50.

aplicando, sem solução de continuidade e de maneira unilateral, as normas do ordenamento jurídico da União Europeia (...);

As expressões utilizadas na Declaração representam muito as respostas que o então-pretendente governo catalão esperava ver da União Europeia. A organização, como se pôde ver ao longo de sua atuação diante da crise catalã de 2017, ficou ao lado do governo espanhol, defendendo a manutenção da Espanha enquanto uma entidade política unida e indissolúvel. Porém, é interessante perceber a forma como o governo catalão da época coloca a União Europeia, na prática, como *ultimaratio* na sua relação com a Espanha, como garantidora das relações e, na sua expectativa, uma instituição que receberia uma nova Catalunha independente de braços abertos.

Acredito que ambos os exemplos são *movimentos topológicos*. Isso significa dizer que são mudanças representativas no lugar que as independências assumem na atualidade. No período de avanço da globalização, entre os anos 1990 e a grande crise financeira de 2008, Bauman (2001) afirma que as independências eram livremente dadas, garantidas, num esquema que era interessante para o próprio funcionamento deste sistema. Os Estados que hoje pretendem se tornar independentes são, necessariamente, fracos, como é o caso do Sudão do Sul, o mais novo membro reconhecido da comunidade internacional. Justamente por isso, a independência era, anteriormente, “facilmente obtida e alegremente concedida” dentro do sistema da globalização (BAUMAN, 2001, p. 13).

A incapacidade ou a falta de apoio para a realização da independência da Escócia e da Catalunha podem representar uma mudança no Sistema Internacional? Talvez sim, talvez não – a pergunta talvez teria de ser melhor trabalhada, e mais

pesquisa teria de ser realizada para chegar a esta conclusão. Porém, a ênfase de ambos os processos independentistas relocaliza a questão da autodeterminação dos povos.

Este talvez seja um dos principais conceitos desenvolvidos nos últimos séculos nas relações internacionais enquanto prática. Em que pese algumas de suas características possam ser identificadas já em alguns movimentos desde o momento considerado fundamental na prática atual das relações políticas entre os países – a Paz de Vestefália, em meados do século XVII – foi a partir do século XX que este princípio passou a ser regulamentado e ganhou as características por meio das quais analisamos questões de independência ou processos de secessão.

A autodeterminação dos povos aparece na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), como um dos fundamentos reguladores da atuação da instituição. No Artigo 1º da Carta, estão estabelecidos os propósitos da ONU, afirmando-se que “Os propósitos das Nações Unidas são” 4, cada um com suas especificidades. O segundo propósito da ONU é “desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal” (ONU, 2019).¹⁰

O princípio de autodeterminação dos povos, na Carta da ONU, aparece, então, enquanto um elemento básico da organização do Sistema Internacional e da própria instituição, junto

10. A mesma carta estabelece três outros princípios: “1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para este fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz; (...) 3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e, 4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns” (ONU, 2019).

ao princípio de igualdade de direitos. Isso significa que ambos princípios devem ser vistos enquanto aqueles que permitem à ONU em específico, e ao SI num sentido mais amplo, de funcionarem da forma como existiam. Politicamente, porém, o princípio de igualdade dos direitos parece ser mais simples que o da autodeterminação dos povos. Isso pois a igualdade de direitos – dos Estados entre si, ou das nações entre si – é mais fácil de ser regulamentada e de ser verificada. É possível verificar e questionar a realidade dos Estados e dos governos, em que pese no período em que escrevo este texto temos dois países na América do Sul que têm governos paralelos e choque entre as instituições.¹¹

Agora, como medir essa autodeterminação? Quais as formas de garantir que um povo decida sobre o próprio destino? Essas perguntas levantam uma série de questões, de proposições, e suas respostas dependem muito da forma como encaramos cada um dos termos que aparecem nestes questionamentos. É interessante, inclusive, perceber que, em muitas obras dedicadas à análise das Relações Internacionais, debata-se mais a igualdade (jurídica, política, econômica, cultural...) entre os países que a questão da autodeterminação, termo de tão difícil definição e constatação.

Em termos gerais, poderíamos pensar que a autodeterminação dos povos indica a capacidade de uma coletividade de decidir, internamente ao corpo da sua comunidade política, questões importantes a respeito da sua própria organização e o seu direito à devida representação no cenário internacional. Neste sentido, ouve-se um eco, neste princípio, da chamada “Primavera dos Povos” de 1848, evento político de levou o debate a

11. Além da crise venezuelana, que vem se arrastando pelos últimos dois anos, na semana em que escrevo tivemos uma crise institucional no Peru, numa oposição muito forte entre o Congresso Nacional e a Presidência no Peru. Junto à instauração do estado de exceção do Equador e à instabilidade institucional no Brasil, completa-se um quadro de instabilidade política que se soma à instabilidade econômica da região.

respeito da nação para o centro da discussão da política mundial. As revoltas e revoluções ocorridas neste período na Europa, sobretudo em regiões sob regimes imperiais multiétnicos, levou a uma resposta tensa e dura, por parte dos governos imperiais da época, com relação às identidades nacionais e a essa demanda. Posteriormente, já no século XX, os regimes nazi-fascistas indicavam que o Estado era a única forma de dar espaço às vontades nacionais, uma vez que era o Estado o responsável pela organização da sociedade. Em *A doutrina do fascismo*, por exemplo, Benito Mussolini indicava que

O direito à independência nacional não deriva de qualquer forma de autoconsciência meramente literária e idealista e menos ainda de uma situação mais ou menos passiva e factualmente inconsciente, mas de uma vontade ativa, autoconsciente e política que se expressa na ação e está pronta para provar seus direitos. Em resumo, ele deriva da existência, ao menos [da busca do desenvolvimento]¹² de um Estado. Com efeito, é o Estado que, como a expressão de uma vontade étnica universal, cria o direito à independência nacional. (MUSSOLINI, 2019 [1932]).

Concordamos com Hannah Arendt (2012) em sua indicação que o modelo de Estado-nação depende, essencialmente, da ação violenta de homogeneização de uma comunidade política, e os preceitos indicados por Mussolini no trecho acima indicam, justamente, este ponto. O princípio da autodeterminação dos povos se tornou atrelado, no século XX, à obtenção de um Estado estritamente nacional, que representaria o ideário da nação e sua representação.

12. No original, Mussolini usa o termo latino "*in fieri*": "Em resumo, ele deriva da existência, ao menos *in fieri*, de um Estado".

A regulamentação das ações dos países no Sistema Internacional no período após a Segunda Guerra Mundial – consolidados na Carta da ONU – traz essa confusão, de que a autodeterminação dos povos está representada em seus governos instituídos de forma autônoma por cada um dos países que da Organização faziam parte. M'Bokolo (2011) indica como esse processo ocorreu, por exemplo, na região subsaariana na África, apresentando como certas condições de funcionamento do Sistema Internacional a partir deste momento facilitaram aquilo que ele chamou de “globalização política”, e que podemos traduzir de instituição do modelo de autodeterminação dos povos na prática política que deu origem e consolidou a emancipação das regiões colonizadas até a Segunda Guerra Mundial na África e na Ásia.¹³

Essa construção parece, porém, estar em cheque neste novo momento em que vivemos. Surge, hoje, a necessidade de repensar a autodeterminação não de forma absoluta, rejeitando-a em nome ou do capital ou dos direitos humanos, como nas críticas à soberania elencadas por Pascal Boniface (2011). Mas sim pensar que há um gradual deslocamento da figura desta autodeterminação – deslocamento representado sobretudo pelos exemplos da Escócia e da Catalunha.

O que estes exemplos nos apresentam é uma situação em que as independências não são um projeto absoluto. Ao contrário do indicado por Mussolini na citação acima, a independência não

13. “A [Segunda Guerra Mundial] acelerou o processo de ‘globalização’ que, sendo até então principalmente econômica, acabou por afetar cada vez mais a evolução política das diferentes partes do mundo: a África Negra viu-se diretamente afetada pelo ambiente novo que presidia à reestruturação do mundo, num sentido que era favorável aos movimentos de libertação dos povos colonizados [também na Ásia]; Guerra Fria; declínio da Europa e o próprio princípio da colonização posto em causa; desinteresse crescente pelas colônias por parte dos europeus, preocupados essencialmente com os problemas da reconstrução; anticolonialismo das duas grandes potências; emancipação das colônias; renascimento do nacionalismo árabe e emergência de um ‘Novo Mundo’” (M'BOKOLO, 2011, p. 574-575).

seria uma forma de alcançar a liberdade total ou a forma de fazer com que a nação esteja num par de igualdade com outras nações ou outros países, como pretendido por Adolf Hitler.¹⁴ Trata-se, neste caso, de um aprofundamento da discussão a respeito da autodeterminação: separar-se dos Estados dos quais fazem atualmente parte é uma forma de facilitar a integração destes países com a União Europeia e seu projeto, o que se torna impossível dentro do atual formato institucional tanto do Reino Unido (país em que outras regiões, como a Inglaterra e Gales, estão majoritariamente a favor da separação do bloco europeu) ou da Espanha (que realiza uma redistribuição da riqueza interna que os catalães nacionalistas acusam de injusta).

A autodeterminação, portanto, é levada a um outro *lugar* na prática política, não sendo mais vista enquanto um fim em si própria, mas sobretudo enquanto instrumento para uma potencial integração. A ver se estes casos não são apenas casos isolados, e também se é esse mesmo o futuro dos processos secessionistas destas regiões. Porém, trata-se de um princípio que assume, cada vez mais, um lugar diferente no *político*, na prática das relações de poder no Sistema Internacional, assimilando-se a uma outra mudança vista recentemente: a do patriotismo esvaziado de nação, movimento que verificaremos a seguir.

O PATRIOTISMO ESVAZIADO DE NAÇÃO

O ano de 2018 foi marcado por uma série de eventos de rememoração dos cem anos do fim da Primeira Guerra Mundial -

14. É importante notar que Hitler desenvolveu, em seu livro "Minha Luta" e em outras produções doutrinárias, uma ideia de que a igualdade entre as nações seria o ápice da democracia, traduzida em termos raciais. Não é necessário, neste texto, apontar as consequências deste pensamento. Porém, trata-se, necessariamente, de um pensamento muito recorrente e várias vezes uma retórica utilizada por governos nacionalistas ou extremistas.

a “guerra para acabar com todas as guerras”. Num período muito importante de transição do sistema internacional, em que se verificava inclusive uma alteração política relevante na liderança do processo de integração europeia,¹⁵ muito foi falado a respeito daquele conflito. As lembranças da guerra industrial, dos soldados que, voltando inválidos para casa, ficaram como marcas eternas na vida das pessoas como indicou Walter Benjamin, dos fantasmas de uma vida gloriosa dinamitada pelas pretensões, pré-tensões e tensões culturais, econômicas e políticas da virada do século XIX para o XX, voltaram à tona.

Muito do que foi indicado girou em torno daquela força que foi vista como uma das principais motivadoras do conflito – o nacionalismo exacerbado. Entre 2017 e 2018, diversas vezes no noticiário o “retorno dos nacionalismos” voltou, com diversas matizes diferentes. Ora, aparecia como uma nova ameaça, como em “Retorno dos nacionalismos marca os cem anos do fim da Primeira Guerra Mundial”.¹⁶ Em outros momentos, surge como por meio de declarações de figuras relevantes, como na matéria do Estado de S. Paulo que afirmou, em 2017, que o “Papa diz estar preocupado com ‘retorno dos nacionalismos’ na Europa”.¹⁷ O interessante de notar é que, em sua grande maioria, essas e outras notícias traziam, como ilustração do tema, alguma foto do presidente estadunidense, Donald John Trump.

15. Estas celebrações, incluindo um encontro oficial entre os Chefes de Estado da Alemanha e da França, em novembro, indicaram claramente que Angela Merkel, que já anunciara sua saída gradual da vida política na Alemanha, buscou passar a simbologia de liderança política da União Europeia a Emmanuel Macron, o “jovem” presidente francês.

16. O Globo. “Análise: Retorno dos nacionalismos marca o fim da primeira guerra mundial”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/analise-retorno-do-nacionalismo-marca-os-cem-anos-do-fim-da-primeira-guerra-mundial-23227960>>. Acesso em 06/10/2019.

17. O Estado de São Paulo. “Papa diz estar preocupado com o ‘retorno dos nacionalismos’ na Europa”. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral/papa-diz-estar-preocupado-com-retorno-dos-nacionalismos-na-europa,70002064394>>. Acesso em 06/10/2019.

Já à época, essa associação direta me fazia uma leve coceira de dúvida. Desde o ano de 2016, havia uma tentativa de acoplar, em Trump, esse retorno dos nacionalismos. O fato de que havia outros movimentos, anteriores e posteriores, de eleições de líderes políticos – em sua maioria, homens velhos e brancos – em diversos países “em defesa da nação” e o referendo a respeito do Brexit, indicado acima, fez com que surgisse uma unanimidade em torno deste retorno de uma coisa passada, o nacionalismo.

Porém, não sei se é possível falar deste retorno, pelo menos neste momento em que estamos já com três anos de governo Trump, e com resultados diversos dos governos de suas “variações regionais” como Viktor Orbán, na Hungria; Recep Tayyip Erdogan, na Turquia; e, Jair Messias Bolsonaro, no Brasil. Há algo que me incomoda muito na tentativa de ver estes governos como “nacionalistas”, pois muitas vezes, e para parafrasear a famosa música de Cazuzza, “seus discursos não correspondem às práticas” em prol da nação. Me permito fazer uma análise um pouco mais aprofundada deste conceito, para verificarmos se houve ou não um deslocamento topológico em torno deste tema na atualidade.

O conceito de nação remete às discussões estéticas ocorridas na Europa Ocidental desde o século XVIII. Johann Gottlieb Fichte, filósofo alemão que debateu, adaptou e reorientou uma série de discussões estabelecidas anteriormente por Immanuel Kant, por exemplo, publicou em 1808 os seus *Discursos à nação alemã*, onde estabelece uma das primeiras definições a respeito do conceito ocidental de nação, que seria corrente ao longo do século XIX e XX, e que precisa agora ser rediscutido. Trata-se da compilação de uma série de conferências que deu em Berlim, sede da política prussiana, entre 1807 e 1808, e que continuam seus debates da obra anterior, *Traços fundamentais da época atual*, de 1806. A sua oitava conferência, tornada o

Discurso Oitavo na obra, se dedicou à questão da nação, debatendo “O que é uma nação no sentido superior da palavra e o que é o amor à pátria”. Nele, Fichte indica que

(...) este é um povo no sentido superior da palavra e desde o ponto de vista de um mundo espiritual: o conjunto total de homens que convivem em sociedade e que se reproduzem natural e espiritualmente de maneira continuada, que está submetido em sua totalidade a uma determinada lei especial do desenvolvimento do divino a partir dele. (FICHTE, 1984 [1808], p. 160)

O “povo original”, para utilizar-se um conceito trabalhado por Fichte nesta mesma obra, seria, portanto, este conjunto de pessoas que se reproduzem de forma espiritual – simbólica, num termo mais aproximado daquilo que se debate na atualidade em Relações Internacionais – e física dentro de uma determinada jurisdição. Para Fichte, isso é um elemento para compreender o papel do Estado diante deste quadro de “divisão natural” da sociedade internacional, uma vez que torna o Estado um instrumento do alcance da nação à sua potencialidade máxima. Para o autor,

Povo e pátria, neste sentido, como portadores e garantia da eternidade terrena e como aquilo que pode ser eterno aqui na terra, são algo que está por cima do Estado no sentido habitual da palavra; estão acima da ordem social tal e como se entende em um conceito simples e claro e se estabelece e se conserva de acordo com este conceito. (...) este amor à pátria tem inclusive que reger o Estado como autoridade primeiríssima, última e independente, ao limitá-lo na hora de eleger os meios para seu objetivo imediato,

a paz interna. Para este objetivo, há que se limitar sem menos a liberdade natural do indivíduo de várias formas, e se não se tivesse nenhuma intenção nem meta além desta, se faria bem em continuar limitando-a o máximo possível, submetendo suas emoções a uma norma uniforme e mantendo-a sob vigilância permanente. (...) A liberdade, inclusive nas emoções da vida exterior, é a terra em que germina a formação superior; uma legislação que a leve em consideração deixará à primeira um âmbito o mais amplo possível, inclusive, com o risco que não se chegue a um grau muito elevado de tranquilidade e quietude uniformes e que o governar se converta em tarefa um pouco mais difícil e trabalhosa. (FICHTE, *op. cit.*, p. 162-163)

Gostaria de apontar três termos fortes desta citação, de forma a refletirmos sobre a concepção de nação. Em primeiro lugar, o fato de que, no pensamento de Fichte, a nação se coloca necessariamente como um imperativo maior que o Estado. Neste sentido, e ainda que os exemplos históricos não nos permitam afirmar que esta realidade seja aquela que de fato teve lugar na experiência política do Ocidente na virada do XIX para o XX e do mundo após o fim da Segunda Guerra Mundial, a nação deve ser esse elemento *limitador*, que impõe cerceamentos inclusive à atuação da institucionalidade política de um país. É a nação, na visão de Fichte, que estabelece o que faz o Estado, e não o contrário, como na visão de Benito Mussolini anteriormente indicada acima.

Seria interessante, também, perceber que a questão da reprodutibilidade social e espiritual da nação, para usar termos apropriados por Fichte, estão ligados a arranjos que limitam os indivíduos, as pessoas, e as submetem a um “algo maior”. Ora, para conhecer o que é esse algo maior, se faz necessário estudá-lo.

compreendê-lo, para então, num momento posterior, poder estabelecer formas oficiais se observar a questão, ou mesmo de instrumentalizá-la. Mas, principalmente, aqui aparece uma questão relevante: a submissão do indivíduo e do Estado a este “algo maior” faz com que esse conhecimento seja necessário para saber se há ou não concessões a serem feitas, ajustes necessários e uma devida administração.

Por fim, acredito que a questão da *paz interna* seja, também, uma consideração relevante. Os nacionalismos, movimentos derivados, dentre outros fatores, também das proposições de teóricos como Fichte, buscaram, de uma forma ou de outra, criar ambientes de pacificação entre os membros das nações, essas comunidades imaginárias como indicado por Benedict Anderson. A partir de uma visão crítica (que, pessoalmente, compartilho), Eric Hobsbawm vai mostrar como, ao final do mesmo século que se iniciara com esta construção de Fichte sobre a nação, essa “pacificação” seria um “elemento de agregação” das comunidades às demandas dos governos centrais em torno da ideia de nação:

O Estado não só fazia a nação, mas *precisava* fazer a nação. Os governos, agora, iam diretamente alcançar o cidadão no território de sua vida cotidiana, por meio de agentes modestos, mas onipresentes, desde carteiros e policiais até professores e, em muitos países, trabalhadores das estradas de ferro. Poderiam requerer o compromisso pessoal ativo deles, e circunstancialmente mesmo o delas, com o Estado: de fato, o “patriotismo” de todos. (...) “A nação” era a nova religião cívica dos Estados. Oferecia um elemento de agregação que ligava todos os cidadãos ao Estado, um modo de trazer o Estado-nação diretamente a cada um dos cidadãos e um contrapeso aos que apelavam para outras lealdades acima da

lealdade ao Estado – para a religião, para a nacionalidade ou etnia não identificadas com o Estado, e talvez, acima de tudo, para a classe. (HOBSBAWM, 1998, p. 212)

Hobsbawm aponta para alguns elementos interessantes de aprofundamento das nossas reflexões, neste texto. Na virada do século XIX para o XX, a nação já passou a ser apropriada enquanto instrumento de obtenção de consenso, e suas mais diversas manifestações – da implementação da educação pública à criação, já no século XX, das seleções nacionais de desportos – serviam enquanto mecanismos de inserção dos indivíduos numa “comunidade legítima”. Nesta época, porém, a nação servia, ainda, de âncora e medida de adequação das ações dos governos, ao menos diante das classes e grupos sociais que tinham a capacidade de sustentá-los no poder.

O que vem representando as nações desde 1945, porém? Quais são os impactos de mudanças profundas como a Guerra Fria ou a globalização? Anthony Giddens (2008) compreende, a partir de uma perspectiva sociológica, que a nação é uma “identidade de grupo”, cuja formatação é fundamental para o exercício do poder a partir das instituições do Estado-nação. Francesco Rossolillo (2011), porém, indica que a Nação, desta forma, assume um caráter de ideologia, uma ideologia que, inclusive, está em vias de acabar em razão do desenvolvimento econômico industrial e financeiro que não depende mais das instituições do Estado-nação para se desenvolver, como indicado por Dani Rodrik (2011).

Este debate é fundamental para avaliarmos se Donald Trump e suas “derivações locais” representam, de fato, o ressurgimento ou retorno dos nacionalismos. O fato de inserirem sempre o debate a respeito de seus países os tornam necessariamente nacionalistas? Quero propor, aqui, que esta ideia de

nação está derivando para outro lugar na sociedade, assim como a ideia de independência.

Trata-se de um deslocamento topológico, um do tipo já indicado por Hobsbawm anteriormente. As ações de Donald Trump, de Jair Bolsonaro, de Viktor Orbán não necessariamente fazem referência às suas respectivas nações. Nos casos de Trump e Bolsonaro, inclusive, a discussão vai mais a fundo em razão de algumas dúvidas relevantes a respeito da formação efetiva de nações nos Estados Unidos da América e no Brasil.

Talvez, a *lealdade* que estejam querendo construir não seja tanto com relação às suas nações. Não me parece que estes e outros líderes de um movimento de fortalecimento das práticas de extrema-direita naquilo que Boaventura de Sousa Santos chamou de “democracias de baixa intensidade” se sintam de alguma forma limitados em razão das suas nações. Ao contrário, me parece que nem a ideia de pacificação se torna relevante, pois sua retórica é altamente construída a partir de um partidarismo identitário que opõem toda e qualquer forma de obter e de dar concessões em prol da coexistência pacífica dos nacionais.

Também, é possível perceber que a lealdade que propõem não é tanto com relação à totalidade da nação. Isso pois essa totalidade obriga a reconhecer, obrigatoriamente, que dentro da nação existem diferentes interesses que têm tanta relevância quanto aqueles dos grupos que estão dentro das instituições estatais. De fato, o “curto período” entre 1870 e 1918 que marcou a existência de Estados-nação plenamente institucionalizados na Europa Ocidental demonstra que esse fator de lealdade e de limitação tinha papel fundamental na organização e no funcionamento do sistema político. Hannah Arendt (*op. cit.*), por exemplo, afirma que

No Estado-nação dividido entre partidos e classes, só o Estado e o governo colocavam-se acima de todos os partidos e classes, outorgando-se o direito de representar a nação como um todo. Os partidos eram reconhecidamente grupos cujos deputados representavam os interesses de seus eleitores. Embora lutassem pelo poder, ficava implícito que cabia ao governo estabelecer o equilíbrio entre os interesses em conflito e entre seus representantes. (ARENDDT, *op. cit.*, p. 71)

Os governos de Bolsonaro e Trump não podem ser compreendidos enquanto “fiéis da balança” entre diferentes interesses que compõem o coletivo da nação. Isso ocorre pois se constituem, eles próprios, enquanto mecanismos de produção de uma nova realidade social e, sobretudo, consideram a manutenção de uma guerra social identitária recorrente e da utilização dos mecanismos institucionais para atender às demandas de seus grupos de apoio, apenas. Trata-se de uma mudança muito relevante, em que a lealdade não está com a nação – o que às vezes leva, inclusive, a uma crítica ao próprio governo constituído. Sua lealdade está com os seus eleitores, com os grupos que com eles se identificam, independentemente se o benefício a esses grupos prejudique, no curto, no médio ou no longo prazo, a nação como um todo.

A retirada do conteúdo da nação, traduzida na desresponsabilização dos governos centrais com partes das nações que podem representar oposições políticas aos seus projetos de poder, e o uso das instituições para fazer subir pessoas ligadas ao regime se somam a outras estratégias políticas que deslocam o conteúdo político destes governos. Acredito, corroborando com Hobsbawm, que se trata mais de uma ligação com o Estado, com o governo, que com a nação.

A coletividade da nação demanda uma limitação, uma coresponsabilização que não se percebe nestes governos que, em defesa de suas nações, pedem auxílio a governos estrangeiros para derrotar seus oponentes políticos em eleições internas, ou entregam a exploração de recursos naturais e minerais ao capital estrangeiro. É desta forma que, em minha visão, precisa-se falar, hoje, não em um nacionalismo, mas sim de uma lealdade demandada com relação ao Estado e ao grupo político no poder que se caracteriza mais como um patriotismo, do qual é retirado o conteúdo coletivo da nação; é um *patriotismo esvaziado de nação*.

TRANSFORMAÇÃO E METAMORFOSE, REPETIÇÃO E INOVAÇÃO?

Em *A metamorfose do mundo*, Ulrich Beck dá uma ênfase metodológica muito relevante na diferenciação entre transformação e metamorfose. Para o autor, a principal diferença entre ambas é o grau de mudança. Para o autor, as atuais alterações que se observa no mundo não podem ser consideradas simples “mudanças”,

Pois vivemos num mundo que não está apenas mudando, mas está se metamorfoseando. Mudança implica que algumas coisas mudam, porém outras permanecem iguais – o capitalismo muda, mas alguns aspectos do capitalismo continuam como sempre foram. A metamorfose implica uma transformação muito mais radical, em que as velhas certezas da sociedade moderna estão desaparecendo e algo inteiramente novo emerge. (BECK, 2018, p. 15)

Ao longo deste texto, fiz a escolha de não debater de forma aprofundada esse "algo inteiramente novo [que] emerge" na atualidade. Ao contrário, quis colocar em tela dois conceitos muito próprios da área de Relações Internacionais que durante muito tempo foram considerados consolidados não apenas na academia, mas também na prática política como nós a interpretávamos. Independentismos e patriotismos sempre houve. O que me parece importante indicar, porém, é o seu papel hoje na construção de uma *tessitura* diferente do mundo.

Obviamente, a percepção a respeito disso derivará de muita pesquisa e muito engajamento a ser realizado junto às sociedades. Nenhuma disciplina isolada do conhecimento ocidental poderá dar conta da tarefa importantíssima da compreensão do papel do mundo na vida das pessoas e sua influência na adesão de processos políticos relevantes como os tratados neste texto. Saber ler o que pensam as pessoas a respeito do mundo pode ser um primeiro passo em direção a novas formas de compreender não como o mundo se comporta, mas qual seu papel em decisões políticas relevantes para comunidades e indivíduos.

Algo que pode ser inovador, e que nos faça evitar tentar incluir processos contemporâneos em perspectivas que talvez não sejam mais atualizadas, é o *conteúdo* que a estes processos se dá. Como indicado pelo próprio Beck em sua obra, a metamorfose só pode ocorrer a partir de conteúdos já existentes no mundo, e a sua identificação não é fácil nem clara. Talvez pensar que os independentismos e os patriotismos estão se alterando de forma gradual, mas certa possa nos indicar alguns caminhos de observação e pesquisa que, nos próximos anos, podem nos indicar quais as direções pelas quais vai surgindo a metamorfose do mundo.

Afinal de contas, o mundo é um moinho, nas palavras do sempre sábio Cartola.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. Wars of the Globalization Era. *European Journal of Social Theory*, vol. 4, n. 1, p. 11-28. DOI:<https://doi.org/10.1177/13684310122224966>.
- BECK, Ulrich. *A metamorfose do mundo :Novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BONIFACE, Pascal. *Compreender o mundo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
- CLAVAL, Paul. *Epistemologia da geografia*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- FICHTE, Johann G. *Discursos a la nación alemana*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Orbis, 1984 [1808].
- GIDDENS, Anthony. *O Estado-Nação e a violência: Segundo volume de Uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- GOMES, Paulo C. da C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011 [Tomo II].
- MASSEY, Doreen. O sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- MUSSOLINI, Benito. A doutrina do fascismo. In: COSTA E SILVA, Alberto (org.). *Fascismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

Organização das Nações Unidas (ONU). I. Capítulo I da Carta da Organização das Nações Unidas: Propósitos e Princípios. <<https://nacoesunidas.org/carta/cap1/>>. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Walter. De utopias e topoi: Espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/AbyaYala). *Geographia Opportuno Tempore*, v. 3, n. 2, 2017, p. 10-58.

RODRIK, Dani. *A globalização foi longe demais?* São Paul: Editora Unesp, 2011.

ROSSOLILLO, Francesco. Nação. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SOUZA, Marcelo L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STRACHAN, Hew. *The directions of war: Contemporary strategy in historical perspective*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2013.